



4258671



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa  
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

## 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – REALIZADA NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2024.

Brasília, na data da assinatura.

No dia um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na Plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Estiveram presentes:** Adriana Rodrigues Martins (MRE); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Ana Elenara da Silva Pintos (MESP); Ana Paula Pinto Da Silva (MJSP); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Claire da Cunha Beraldo (SESC); Cleide Lemes Da Silva Cruz (MRI); Cristiane Branquinho Lucas (AMPID); Dayana Lima (CNDPI); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Gleiciane Marcelino Da Silva (MDA); Henri Siegert Chazan (CNSaúde); Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC); Ivani Fátima Arno Coradi (ANG Brasil); Joana Darc Freire Silva (MCID); Karina Miranda da Gama (MinC); Leomar César Brigagão (MORHAN); Luma Bittencourt (CNDPI); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Maria Angélica Gomes (AME); Maria Aparecida de Souza Dias (MCTI); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Mirian Da Silva Queiroz Lima (MDS); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Renata Marinho Pereira (SBGG); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Shirlei Correa Rodrigues (MinC); Tereza Cristina Nascimento (APNs). Convidados: Alexandre da Silva (SNDPI); Bruno Mendes (CNDPI); Eliana Magalhães Graça (CNDPI); Lucélia Luiz Pereira (SNDPI).

**Dia 01/02/2024 - Abertura da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI.** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião cumprimentando a todos/as, informou como pontos de pauta: 1. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (Secretário Nacional, Alexandre da Silva); 2. Informes sobre a 6ª Conferência Nacional. Adicionou que deve ser discutido o Plano Nacional de Envelhecimento e que o secretário se comprometeu a informar as atualizações sobre o assunto. Iniciada a discussão sobre o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** notificou que o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será criado. Complementou que foi realizado um esboço no final do ano passado. Ressaltou que o Ministro Silvio Almeida se preocupa com as pessoas idosas. Cientificou que o discricionário esse ano está em torno de dez milhões e meio de reais. Enfatizou a importância de criar agora o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa com participação social. Acrescentou que foram realizadas reuniões com os ministérios, que será lançado um GTI com um número reduzido de ministérios, todavia, a qualquer momento todos os ministérios serão convocados para o Plano Nacional, e que entidades serão convidadas para participar sem direito a voto. Cientificou que o GTI será conduzido pelo ministério, a sugestão é que o conselho recomende duas entidades para participar, reforçou que nada será feito sem a participação social. A proposta de duração do GT é de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 180 dias. Informou que foi realizada reunião com o Secretário de Participação Social e sugeriu abordar nas conferências o Plano Nacional. Asseverou que a discussão sobre cuidado, moradia e habitação estão surgindo com maior evidência, sendo um assunto de interesse do presidente Lula. Na sequência, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu em

nome do Conselho a disponibilidade do Secretário Nacional em levar ao colegiado o que está sendo discutido, salientou a importância do conselho por ter representações de entidades importantes e afirmou que muitas conquistas na temática do envelhecimento ocorreram na gestão do Presidente Lula. Acredita que o Plano Nacional vai consolidar as preocupações discutidas, principalmente do ano passado, onde celebrou os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa. Colocou o colegiado à disposição para contribuir com o Plano Nacional. A **Conselheira Adriana Rodrigues Martins** disse que foi estimulante a fala do Secretário Nacional e destacou a importância de utilizar os recursos da forma correta e declarou que estão à disposição. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** cumprimentou a todos e disse que particularmente está muito feliz com a exposição do Secretário, pois já vem de uma caminhada de construção de Plano Estadual de anos atrás, pois é um documento norteador e se sente feliz pelo desenvolvimento do Plano Nacional. Sugeriu observar todas as deliberações de conferências anteriores. Disse que todos os assuntos estão interligados em quaisquer abordagens da Política Nacional da Pessoa Idosa e que a divulgação das conferências dependerá dos prazos. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** cumprimentou a decisão da Presidência da República sobre a criação do núcleo e salientou a importância da existência do pacto de articulação dos ministérios e do auxílio da sociedade civil. Complementou que a conferência pode apresentar as definições políticas para os próximos períodos. Lembrou que existe um documento do IPEA que pode disponibilizar e é importante analisar e perguntou quais serão os ministérios que participarão do núcleo para saber a configuração do GTI. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** parabenizou a construção de política para pessoas idosas. Afirmou que, segundo pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, 23.000 pessoas idosas vivem nas ruas. Ressaltou que todos os dias surgem demandas na Promotoria e em outros órgãos sobre o assunto. Pontuou que no GTI deve ser considerado as conferências nacionais anteriores, pois foram encaminhadas considerações que podem auxiliar em políticas públicas. Assegurou que o IPEA tem uma construção teórica fundamental. Salientou que haverá uma construção do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com outros ministérios e indagou se a política seria melhor conduzida pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania ou pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Explicou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania não tem questões duplamente discutidas. Colocou que o Ministério Público está à disposição. Argumentou que é necessário fortalecer os estados e manifestou preocupação quanto ao pacto federativo relacionado a distribuição de recursos, considerando a atual discussão sobre a reforma tributária. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** respondeu que as movimentações na Casa Civil são mais fáceis, que será definido o papel dos ministérios e que o GTI será utilizado para viabilizar os contatos. Assegurou que as conferências serão consideradas e que serão discutidos eixos que não são fixos com outros assuntos, sendo a RENADI um dos assuntos. Concordou que pode ser discutido o crescimento da pessoa idosa. Enfatizou a importância das conferências, para refletir na forma de execução nos municípios. Salientou que é necessário discutir com muitas pessoas, ter ações direcionadas as pessoas idosas nas conferências. Respondeu que foi pensado nos seguintes ministérios para compor o GTI: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Cidades, Ministério da Agricultura e Pecuária e Ministério do Trabalho e Emprego. Explicou que a discussão está além do plano de trabalho, lembrou que se reuniu há duas semanas com o GTI de Enfrentamento ao Analfabetismo do Ministério da Educação, em que foi informado que cinco milhões de idosos são analfabetos, podendo pertencer a zona urbana e rural. Ressaltou que é necessário envolver ministérios diretamente relacionados a temática. Esclareceu que é necessário que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania coordene o GTI, pois possui propriedade sobre o assunto. Lembrou a discussão sobre o Viver sem Limite e Pop Rua, o que pode ser incluído na discussão. Acrescentou que discutirão com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre a tipificação no SUAS. Pontuou que deve ser debatido se os assuntos discutidos estão funcionando em algum local e a forma de funcionamento. Destacou a importância de discutir a saúde direcionada aos direitos humanos e anunciou que o IPEA participará do grupo. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola** manifestou a satisfação com o Plano Nacional, externou a sua preocupação quanto à existência de ponto focal em determinado local e alegou que, para trabalhar com envelhecimento ativo é necessário atuar nos territórios. Afirmou que na conferência da assistência social não foram discutidas todas as questões da saúde. Compreendeu que o plano será multidimensional, sugeriu ter uma equipe técnica para atuar nos territórios, focar nos idosos

frágeis, direcionamento das propostas aos municípios, e consonância das propostas com a conferência nacional. A **Conselheira Claire da Cunha Beraldo** ressaltou a importância de discutir a prevenção e promoção do bem-estar para que se possível, fosse contemplado no Plano Nacional. A **Conselheira Karina Miranda da Gama** declarou que estão à disposição, informou que estão realizando uma conferência temática de acessibilidade no Rio de Janeiro, que estão em estado de conferência no Ministério da Cultura e estão trabalhando no Plano Nacional de Cultura e que buscam discutir também sobre o idoso relacionado a cultura, numa pauta transversal. Acrescentou que trabalham no combate à desigualdade, notificou que de 4 a 8 de março realizarão a Conferência Nacional de Cultura em Brasília e convidou a todos. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** pontuou que o protagonismo da área setorial de direitos humanos não é a condição desse plano, pois existe a intersectorialidade na Política do idoso e a necessidade de captar todas as visões e problema, tais como a visão da saúde primária, secundária e terciária. Discorreu que o idoso precisará de intervenções no SUS a nível básico, de promoção e prevenção em todos os níveis. Assim como, da cultura, educação, assistência social, sendo necessário observar todas. Ponderou que, apesar do volume maior de recursos, em alguns órgãos, as definições, decisões e aplicações dos recursos para pessoas idosas devem envolver outros ministérios. Logo após, discorreu sobre as dificuldades do idoso com relação ao transporte, mobilidade. Argumentou que são protagonistas quanto a intersectorialidade, destacou a importância de ter apoio financeiro e auxílio as instituições de longa permanência, mas que o subsídio do poder público deve ser analisado, que devem ser discutidas as políticas de subsídios financeiros para manutenção da situação domiciliar e familiar e outros assuntos sobre idosos. O **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** cumprimentou a todos e parabenizou a iniciativa e solicitou que a diversidade não seja considerada segundo plano, pois cada vez mais precisam de ajuda, o idoso LGBTQIA+ precisa saber que ele pode envelhecer e que vai ter políticas públicas, que ele vai ter apoio no envelhecimento. O **Conselheiro Leomar César Brigagão** lembrou o trabalho do MORHAN que tem atuação com pessoas idosas atingidas pela hanseníase e não tem atenção dos conselhos. Disse que a Secretaria tem que voltar atenção às pessoas em situação de rua e vulneráveis, que são pessoas com comorbidades e não possuem a atenção do estado e nem da família. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação do Secretário Alexandre da Silva, enfatizou a importância do diálogo entre o Conselho Nacional e a Secretaria, e salientou a importância do plano, pois vem consagrar o espaço de diálogo. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** agradeceu as contribuições, respondeu que estão atentos aos diversos itens de discussão. Referente ao comentário da conselheira Goreth, disse estar atentos aos pontos e que entre aspas, estão diante de uma epidemia de demências, sendo necessário considerar os fatores sociais, alcançar as pessoas com quadro demencial e as pessoas que cuidam dessas pessoas. Arrazou que buscarão atuar com conselhos estaduais, que podem dialogar com gestores estaduais, estudar os marcos normativos e que o Presidente Lula está atento a questão de moradia e cuidado, portanto, a discussão pode ser iniciada nos dois eixos. Explicou que, gostariam que o Ministério da Cultura participasse, porém, a Casa Civil definirá os ministérios que participarão. Ponderou que pode ser discutida a construção dos espaços culturais junto ao Ministério da Saúde. Informou que a secretaria executiva e a Casa Civil auxiliarão no processo e que ouvem muitas reclamações sobre o transporte interestadual como o tipo de poltrona e sobre a altura do degrau. Discorreu que é necessário realizar uma política pública federal para garantir as condições de acessibilidade no transporte. Ponderou que o assento cedido para o LGBTQIA+ no conselho é necessário para reforçar a importância de considerar esse público. Argumentou que, para conseguir uma moradia não precisa ser necessariamente um casal heterossexual, mas considerar outras condições, sendo o trabalho do conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior junto a outras entidades é fundamental para reforçar sobre o trabalho realizado com pessoas e pensar nas soluções. Concluiu que visam aproveitar o GTI para potencializar programas como o Viva Mais Cidadania, sendo um programa que pode incluir esses grupos. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu as contribuições do colegiado e a participação do Secretário Nacional. Solicitou que, as atualizações sejam encaminhadas ao conselho para divulgar aos conselhos estaduais sobre a formação do GTI. Ressaltou que serão duas entidades que compõem o GTI. Depois foi passado para os **Informes sobre a 6ª Conferência Nacional**. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que na reunião presencial será discutida sobre a conferência nacional e lembrou que avançaram em alguns passos como a criação da comissão provisória. Ressaltou que, quase em todos os encontros da comissão provisória houve a presença 100% dos representantes da sociedade civil e do governo. Finalizou informando que até o dia 21 espera-se

outras reuniões da comissão provisória. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** relatou que executaram diversas escutas nos dias 05 de 06 e que foram definidos miniprojetos. Complementou relatando que, no dia 16 de janeiro a comissão provisória se reuniu e que foi aprovado o passo a passo para o procedimento da efetivação da conferência. Relatou que no dia 19 de janeiro houve a reunião com os conselhos estaduais, em que foi discutido o que é necessário fazer para ter um envelhecimento digno. Salientou que deve ser garantido espaços nos municípios para que as pessoas envelheçam bem. Recordou que no dia 30 de janeiro houve a roda de conversa sobre a Política Nacional de Cuidados. Pontuou que deve ser decidido o tema da conferência, a forma de discussão e o que deve ser acrescentado. Sugeriu a realização de uma reunião antes do dia 21 com a comissão provisória para definir quatro ou cinco temas, para deliberação na reunião do conselho dos dias 21 e 22 e logo encaminhar para decreto presidencial. Citou como temas: 1. Estruturar a rede para atender os diferentes envelhecimentos do Brasil; 2. Promover, proteger e respeitar a velhice no Brasil; 3. Os desafios do envelhecimento numa sociedade multicultural; 4. Consolidar redes e políticas para o envelhecimento populacional digno em todos os municípios para todas as pessoas, incluindo as minorias. Argumentou que não pode exceder ao dia 21. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** ressaltou que a reunião com a comissão de articulação com os conselhos e com a comissão de conferência foram executadas com a presidência dos conselhos estaduais e que foi aberto até o dia 26 de janeiro para que os conselhos estaduais formalizem o que está escrito, visto que haverá diálogo com os conselhos estaduais e que serão indicados temas na reunião presencial. Solicitou que os conselhos enviem suas sugestões por e-mail de preferência até o dia 21 ou para a Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto. Foi informado que alguns conselhos estaduais estão enviando algumas sugestões e foi lembrado o prazo do dia 26. A **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida** salientou a importância das conferências para fortalecer a política da pessoa idosa, a política nacional de cuidados e políticas para pessoas com Alzheimer. Ressaltou a atuação da ABRAZ, alegou que as ações não podem ser fragmentadas, que é necessário ter uma escuta qualitativa e cobrar as ações dos governantes. Enfatizou a importância da política da pessoa idosa e de ter segurança pública. Lembrou a existência do Disque 100, asseverou que é necessário buscar políticas para incentivar a saúde dos idosos, fortalecer a família e os familiares. Solicitou que entrassem em contato com ela para discutir sobre o assunto. Pontuou que muitos idosos estão abaixo na linha da pobreza e muitos precisam do SUS. Lembrou diálogo com o ministro em que foi informado o envio de carta para incentivar a criação dos conselhos. Não havendo mais assuntos a serem tratados, avançou-se ao encerramento da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a 4ª Reunião Extraordinária Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI, agradecendo a todos.

### **RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO**

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, Usuário **Externo**, em 22/04/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4258671** e o código CRC **C4B69561**.